

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2013. São Paulo, 29 de abril de 2014.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL - EM MILHARES DE REAIS

	Controladora						Consolidado					
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012		31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE												
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	27.828	9.409	12.344	29.078	9.708	13.000						
Contas a receber (Nota 10)	410.995	355.788	252.329	446.087	389.872	282.318						
Estoque (Nota 11)	822.179	662.818	350.732	855.472	695.189	380.627						
Tributos a recuperar (Nota 12)	47.146	33.233	3.167	47.405	33.441	3.219						
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	2.840	-	3.405	2.840	-	3.405						
Financiamentos para colaboradores	12.002	10.096	8.224	13.210	10.938	9.093						
Outros ativos	39.912	41.394	28.990	40.625	41.869	29.501						
	1.362.902	1.112.738	659.191	1.434.717	1.181.017	721.163						
NÃO CIRCULANTE												
Realizável a longo prazo												
Contas a receber (Nota 10)	114.148	79.426	-	114.148	79.426	-						
Sociedades ligadas (Nota 29(e))	59.971	159.984	49.113	54.609	155.107	44.466						
Tributos a recuperar (Nota 12)	121.159	181.222	149.674	121.604	181.222	149.674						
Financiamentos para colaboradores	18.039	18.281	17.404	19.238	19.936	18.432						
Depósitos judiciais (Nota 28(a))	26.430	28.457	20.850	28.432	29.988	20.850						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	98.900	36.543	-	100.166	38.218	1.335						
Plano de pensão (Nota 19(c))	44.930	58.285	57.246	47.312	61.236	60.182						
Outros ativos	3.118	3.118	3.118	3.118	3.118	3.118						
Investimentos (Nota 13)	486.695	565.316	297.405	486.627	567.231	298.057						
Intangível (Nota 14)	51.895	45.298	44.280	111	115	115						
Imobilizado (Nota 14)	445.030	286.948	191.211	446.357	287.660	191.933						
Intangível	67	124	381	67	124	382						
	983.687	897.686	533.277	933.162	855.130	490.487						
TOTAL DO ATIVO	2.346.589	2.010.424	1.192.468	2.367.879	2.036.147	1.211.650						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS

	Reserva de lucros					
	Capital social integralizado	Reserva de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial
EM 1º DE JANEIRO DE 2012	255.769	9.492	6.214	145.583	28.932	17.235
Efeito das mudanças nas políticas contábeis (Nota 3.22)	-	-	-	(5.434)	-	3.596
Participação no resultado abrangente controladora	-	-	-	(4.027)	-	265
Saldo de abertura ajustado	255.769	9.492	6.214	139.747	28.932	21.086
Realização reserva especial Lei nº 8.200/91	-	(962)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	121.875
Aumento de capital (Nota 2)	-	-	-	-	-	9.257
Pagamento de juros sobre capital próprio (Nota 20(e))	-	-	(6.214)	-	-	-
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	6.724	-	(6.724)
Juros sobre capital próprio (Nota 20(e))	-	-	8.765	-	-	(25.806)
Dividendos adicionais propostos (Nota 20(f))	-	-	16.873	-	-	(16.873)
Dividendo obrigatório (Nota 20(f))	-	-	-	-	-	(1.277)
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 19)	-	-	-	-	-	(3.459)
Participação no resultado abrangente da controladora	-	-	-	-	-	(121)
Retenção de lucros	-	-	-	71.195	-	(71.195)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	265.026	8.530	25.638	210.942	35.856	17.506
Realização reserva especial Lei nº 8.200/91 (Nota 20(b))	-	(5.309)	-	-	-	5.309
Ajuste MP 627 - Ganho Societário retido (Nota 20(f))	-	-	4.678	-	-	(4.678)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	134.647
Pagamento de juros sobre capital próprio (Nota 20(e))	-	-	(8.765)	-	-	(8.765)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	6.764	-	(6.764)
Juros sobre capital próprio (Nota 20(e))	-	-	4.997	-	-	(29.955)
Dividendos adicionais propostos (Nota 20(f))	-	-	90.190	-	-	(90.190)
Dividendos adicionais propostos 2012 transferidos para dividendos a pagar	-	-	(16.873)	-	-	(16.873)
Dividendo obrigatório (Nota 20(f))	-	-	-	-	-	(1.353)
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 19)	-	-	-	-	-	(10.954)
Participação no resultado abrangente da controladora	-	-	-	-	-	(526)
Retenção de lucros	-	-	6.986	-	-	(6.986)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	265.026	3.221	95.187	222.606	42.420	6.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

1. Informações gerais

A Novartis Biociências S.A. (a "Companhia" ou "Novartis") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora em última instância é a Novartis Pharma AG, em conjunto com as sociedades controladas, comodadas as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a fabricação e comercialização de medicamentos allopáticos para uso humano, produtos farmacêuticos, equipamentos cirúrgicos e correlatos, lentes de contato intraoculares, soluções para desinfecção de lentes de contato e prestação de serviços de assistência técnica para os equipamentos cirúrgicos. Sua controlada, Novartis Saude Animal Ltda., tem como objeto social e atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos veterinários destinados aos segmentos animais de empresas: bovinos, suínos, aves e controle de pragas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 29 de abril de 2014.

2. Reestruturação societária

Incorporação da Alcon Laboratórios do Brasil Ltda.

Em agosto de 2012, como parte da reestruturação societária, a Alcon Laboratórios do Brasil Ltda. ("Alcon") foi incorporada pela Novartis, a valores contábeis, visando a reorganização das atividades, a racionalização operacional e administrativa, ganhos de sinergia e redução de custos. Essa reestruturação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de setembro de 2012.

O valor do patrimônio da Alcon, verificado para a Novartis é representado pelos seguintes itens:

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Circulante	Circulante
Caixa e equivalente de caixa	Fornecedores
Contas a receber	Fornecedores - sociedades ligadas
Estoque	Salários e encargos
Tributos a recuperar	Tributos a pagar
Outros ativos	Dividendos
	Reservas diferidas
Não circulante	Outros passivos
Depósitos judiciais	Provisões diversas
Contas a receber	
Imposto renda e contribuição social diferidos	Não circulante
Tributos a recuperar	Receitas diferidas
	Outros passivos
Imobilizado	Provisões para contingências
Intangível	
	Patrimônio líquido
	Capital social
	Reservas de capital
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de apresentação e preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto por certos ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e avaliadas sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes instrumentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

- (i) CPC 26 (R1) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- (ii) CPC 33 (R2) - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis da Companhia: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 3.22.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (a "moeda funcional" e, também, a moeda de apresentação).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com liquidez imediata e risco insignificante na mudança de seu valor justo.

3.4. Ativos financeiros

3.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Osmensurados também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber", "Sociedades ligadas", "Financiamentos para colaboradores", "Depósitos judiciais", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa".

3.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 3.4.3.

3.4.3. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimados de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente

dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor no início dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, esses instrumentos não se qualificam para a contabilização de hedge (hedge accounting). As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 9.

3.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

3.7. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.8. Imobilizado

Terrêns e edificações compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e parte industrial. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Edificações e benfeitorias	55	55
Equipamentos e instalações	15	15
Veículos	4	4
Móveis e utensílios	15	15
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.10).		
Os ganhos ou as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.		
3.9. Ativos intangíveis		
Os ativos intangíveis referem-se a licenças de software adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e a fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a cinco anos.		
3.10. Impairment de ativos não financeiros		
Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil pode não ser recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.		
3.11. Contas a pagar aos fornecedores		
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) **Valor justo de derivativos**
São instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, seu valor justo é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras.

(c) **Benefícios de planos de pensão**
O valor atual dos planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de descontos. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

(d) **Provisão ambiental**
A Companhia realiza o cálculo de provisão ambiental com base em laudos de empresas contratadas para realizar os projetos de recuperação do solo da sede administrativa. Considerando o estágio do projeto de remediação da água subterrânea e a dificuldade em prever os custos nessa etapa, o valor reconhecido envolve alto grau de subjetividade.

(e) **Provisão programa de descontos**
A estimativa para o cálculo da provisão de programa de descontos, é baseada no volume de vendas do plano estratégico do ano vigente, em que o percentual estimado de desconto será aplicado aos usuários de determinadas linhas de medicamentos.

5. **Gestão de risco financeiro**
5.1. **Fatores de risco financeiro**
As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.
A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, segundo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) **Risco de mercado**
(i) **Risco cambial**
O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado.
A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora			
	2013		2012	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber - US\$	21.143	49.392	20.462	42.159
Contas a receber - CHF	394	1.036	100	224
Adiantamento fornecedores estrangeiros - US\$	16.043	38.135	32	71
Adiantamento fornecedores estrangeiros - €	484	1.562	328	886
Adiantamento fornecedores estrangeiros - GBP	48	196	-	-
Adiantamento fornecedores estrangeiros - JPY	60	2	-	-
Passivo				
Fornecedores em US\$	210.329	463.857	217.530	444.521
Fornecedores em GBP	11	42	-	-
Fornecedores em €	404	1.252	378	1.019
Fornecedores em JPY	27.200	607	6.259	148
Empréstimos em US\$	120.000	476.155	120.000	258.162
Exposição líquida		(852.315)		(660.831)

	Controladora			
	2013		2012	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber - US\$	22.755	53.168	21.944	45.189
Contas a receber - CHF	394	1.036	100	224
Adiantamento fornecedores estrangeiros - US\$	16.043	38.135	32	71
Adiantamento fornecedores estrangeiros - €	484	1.562	328	886
Adiantamento fornecedores estrangeiros - GBP	48	196	-	-
Adiantamento fornecedores estrangeiros - JPY	60	2	-	-
Passivo				
Fornecedores em US\$	213.525	471.334	222.597	454.833
Fornecedores em GBP	11	42	-	-
Fornecedores em €	404	1.252	378	1.019
Fornecedores em JPY	27.200	607	6.259	148
Empréstimos em US\$	120.000	476.155	120.000	258.162
Exposição líquida		(856.052)		(668.146)

(ii) **Risco com taxa de juros**
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) **Risco de crédito**
A Novartis administra o risco de crédito de forma corporativa. Todos os clientes da Companhia são submetidos a criteriosas e regulares análises de crédito.
A mitigação do risco de crédito é amparada por diferentes tipos de ações, tais como análises de balanço, informações extraídas de agências de risco, bancos e concorrentes, acompanhamento do histórico de pagamentos e visitas de crédito. A Companhia conta ainda com o amparo da área Comercial, responsável por ressaltar o envolvimento de clientes-chave em projetos comerciais e de marketing, antecipando eventuais demandas por maior concessão de crédito.
A concessão de crédito é feita por um comitê composto por profissionais de crédito, gerentes financeiros, além do diretor financeiro e do presidente. As decisões são tomadas conforme valores envolvidos. Eventuais exposições acima dos limites de crédito também são analisadas pelo mesmo comitê.

(c) **Risco de liquidez**
É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira.

5.2. **Gestão de capital**
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Confrontado com outros companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.
Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim resumidos:

	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 15)	476.155	258.162
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(72.829)	(8.409)
Dívida líquida	448.327	248.753
Total do patrimônio líquido	634.486	563.298
Total do capital	1.082.813	812.051
Índice de alavancagem financeira - %	41	31

5.3. **Estimativa do valor justo**
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

6. **Instrumentos financeiros por categoria**

	Valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2013				
Ativos				
Financiamentos para colaboradores	-	-	30.041	32.448
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	2.840	2.840	-	-
Contas a receber (Nota 10)	-	-	525.143	560.235
Depósitos judiciais (Nota 28)	-	-	26.430	26.432
Sociedades ligadas (Nota 29(e))	-	-	59.971	54.609
Outros ativos, excluindo despesas antecipadas e adiantamentos	-	-	16.999	17.024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	-	-	72.828	29.078
	2.840	2.840	686.412	719.826
			Empréstimos e recebíveis	
			Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2012				
Ativos				
Financiamentos para colaboradores	-	-	28.377	30.874
Contas a receber (Nota 10)	-	-	435.214	469.298
Depósitos judiciais (Nota 28)	-	-	28.457	28.988
Sociedades ligadas (Nota 29(e))	-	-	159.984	155.107
Outros ativos, excluindo despesas antecipadas e adiantamentos	-	-	15.021	15.053
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	-	-	9.409	8.708
	-	-	676.462	708.008
			Outros passivos financeiros	
			Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2013				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos (Nota 15)	-	-	476.155	476.155
Sociedades ligadas (Nota 29(e))	-	-	128	128
Outros passivos	-	-	42.282	42.429
Fornecedores	-	-	570.145	583.256
	-	-	1.088.710	1.101.968

7. **Qualidade do crédito dos ativos financeiros**
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes				
Grandes clientes	323.344	283.308	340.866	304.063
Clientes canal institucional	90.912	61.508	90.912	61.508
Clientes partes relacionadas	50.617	43.005	54.237	45.909
Demaís clientes	69.633	59.242	83.616	69.880
	534.506	447.063	569.631	481.380
Risco mínimo (a vencer)	456.127	397.402	489.021	430.750
Risco baixo (vencido 01 - 60 dias)	61.113	28.862	61.911	29.587
Risco médio (vencido 61 a 120 dias)	9.304	9.303	9.361	9.361
Risco alto (vencidos mais de 121 dias)	9.362	11.849	9.396	12.082
	534.506	447.063	569.631	481.380

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos valores com partes relacionadas está vencido ou impaired.

8. **Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Recursos em banco e em caixa	27.828	9.409
O saldo do item "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em conta-corrente e depósitos bancários.		

9. **Instrumentos financeiros derivativos**
Os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Instrumento	Objeto de proteção	Contraparte do valor principal	Valor referencial (nacional)		Valor justo	
			2013	2012	2013	2012
NDF	Taxa de câmbio	Bradescos	66.111	145.927	1.425	(1.478)
NDF	Taxa de câmbio	Citibank	44.321	65.823	(481)	(1.092)
NDF	Taxa de câmbio	BaClays	70.636	-	(1.815)	-
NDF	Taxa de câmbio	HSBC	27.239	-	615	-
NDF	Taxa de câmbio	Itaú	99.293	67.380	3.096	(785)
NDF	Taxa de câmbio	Santander	307.600	289.490	2.840	(3.554)

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Market-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado. A Companhia contratou operações de NDF com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.
As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica contabilidade de hedge.

10. **Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	483.889	404.058	515.395	435.471
Menos - provisão para impairment de contas a receber	(9.363)	(11.849)	(9.396)	(12.082)
Contas a receber de clientes, líquidas	474.526	392.209	505.999	423.389
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 29(d))	50.617	43.005	54.236	45.909
Total	525.143	435.214	560.235	469.298
(*) Não circulante	(114.149)	(79.426)	(114.149)	(79.426)
Circulante	410.995	355.788	446.087	389.872

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	2013	2012	2013	2012
Reais	474.715	392.831	506.188	423.885
Dólares norte-americanos	49.392	42.159	53.011	45.189
Franc suíço	1.036	224	1.036	224
	525.143	435.214	560.235	469.298

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro	11.849	11.113	12.082	11.881
Provisão para impairment de contas a receber	2.067	3.031	2.103	3.081
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incorríveis	(1.422)	(790)	(1.537)	(790)
Valores incorporados da Alcon	-	2.189	-	2.189
Valores recuperados, estomados	(3.131)	(3.694)	(3.252)	(3.694)
Em 31 de dezembro	9.363	11.849	9.396	12.082

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 25). Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O "Contas a receber" da Companhia não é dado em garantia.

11. **Estoque**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	666.810	410.961	689.630	432.922
Produtos em processo	9.570	4.902	14.193	8.512
Matérias-primas	64.364	59.347	70.182	65.972
Materiais auxiliares	186.108	154.229	188.188	156.354
Importação em andamento	94.333	127.612	96.013	130.587
Provisão para perdas prováveis na realização	(199.006)	(94.233)	(202.734)	(99.158)
	822.178	662.818	855.472	685.189

12. **Tributos a recuperar**

	2013	2012	2013	2012
ICMS	118.802	181.222	119.252	181.222
IPI	8.547	10.931	8.788	11.134
PIIS e COFINS	4.221	10.962	4.221	10.962
IR/CSLL	34.801	9.971	34.801	9.971
Outros	1.934	1.369	1.947	1.374
Circulante	168.305	214.455	169.009	214.663
Não circulante	(47.146)	(33.233)	(47.405)	(33.441)
	121.159	181.222	121.604	181.222

O saldo credor de ICMS é consequência da diferença de alíquota nas compras locais e importações, onde a Companhia toma os créditos com base em uma alíquota de 18% e nas vendas de produtos os quais são tributados na saída a 18%, 12%, 7%, 4% e isentos.

A Companhia tem plano de recuperação desses créditos por meio do seu regime especial e pela venda de bens de terceiros e/ou pagamento de ICMS nas importações. Em 31 de outubro de 2012 a Companhia protocolou pedido de apropriação de crédito acumulado na Secretaria da Fazenda de São Paulo. Uma vez autorizada essa apropriação, será feito pedido para transferência desses créditos para terceiros e/ou utilização desses créditos para pagamento de ICMS devido nas importações. O valor contábil dos créditos de ICMS foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment no montante de R\$5.935 (2012 - R\$3.841).
Através do regime especial obtido em 2011 era permitido que a Companhia fizesse o uso de uma alíquota de 5,4% para o cálculo do ICMS devido na importação de alguns produtos, em fevereiro de 2013 a Companhia obteve a suspensão total do ICMS devido nessas importações com isso espera-se zerar o saldo credor mais rapidamente.

13. **Informações sobre investimentos**
(a) **Nome**

	País	Ações/cotas possuídas milhars	Participação societária - %
Novartis Saúde Animal Ltda.	Brasil	50.747	99,99
Novartis Consumer Health Ltda.	Brasil	40.010	99,99

(b) **Movimentação dos investimentos**

	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro	45.298	44.280	115	115
Resultado de equivalência patrimonial	7.127	1.139	-	-
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(526)	(121)	-	-
Outras variações no patrimônio de controladas	(4)	-	(4)	-
Em 31 de dezembro	51.895	45.298	111	115

O resultado de equivalência refere-se à controlada Novartis Saúde Animal, já que a controlada Novartis Consumer Health está com suas operações paralizadas até que sejam revisadas as suas diretrizes por parte da administração.

14. **Imobilizado**
(a) **Controladora**

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Projetos em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.236	93.509	52.212	745	14.450	1.720	169.872	21.339
Incorporação da Alcon (Nota 2)	-	451	3.495	48.760	7.594	2		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

20. Patrimônio líquido
(a) Capital integralizado
O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é representado por 265.026.588 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

(b) Reserva de capital - correção monetária especial
A realização dessa reserva, ocorre com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens. Essas movimentações tem como contrapartida contas patrimoniais no grupo de depreciações acumuladas. Para 2013 o valor total realizado foi de R\$ 5.309 (2012 - R\$ 962), sendo parte realização anual de R\$ 962 e a antecipação do saldo ainda não realizado de depreciação no valor de R\$ 4.347, referente à correção da Lei nº 8.200/91 de Edificações. O saldo remanescente da Reserva, refere-se à correção da Lei nº 8.200/91 referente a Terrenos e outras contas que não são depreciáveis e serão somente realizadas quando da sua venda.

Essa alteração de critério foi motivada pelo estudo fiscal que a Companhia fez, com base na própria redação da Lei nº 8.200/91, que permitia ao contribuinte realizar essa depreciação em seis anos calendário, a partir de 1993. Trazendo assim um impacto tributário favorável à Companhia, na redução do Lucro Real do ano de 2013.

(c) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Reserva de retenção
A reserva de retenção refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados a fim de atender ao plano de investimentos. Até o final de maio de 2014, a administração da Companhia se reuniu com sua controladora para definir se a reserva será integralizada ao capital ou distribuída na forma de dividendos.

(e) Juros sobre o capital próprio
Em 2013 foi constituído juros sobre capital próprio, com base em Patrimônio Líquido Fiscal de acordo com a MP 627/13 no valor bruto de R\$ 29.985 (líquido de R\$ 25.488), deste montante R\$ 24.988 (líquido de R\$ 21.240) que corresponde a juros de janeiro a outubro de 2013, foi pago conforme AGE de 29 de outubro de 2013. O valor restante de R\$ 4.997 permanecerá em seu patrimônio líquido até a sua aprovação em AGE.

Em 2012 foi constituído juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 25.806 (líquido de R\$ 21.935), deste montante R\$ 17.041 (líquido de R\$ 14.485) que corresponde a juros de janeiro a agosto de 2012, foi pago conforme AGE de 3 de setembro de 2012. O valor restante de R\$ 8.765 foi pago em 2013, conforme AGE datada de 16 de maio de 2013. Os juros sobre capital próprio remanescentes de 2011 foram pagos em 2012, conforme AGE datada em 21 de janeiro de 2012.

(f) Dividendos propostos
O estatuto social estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre os lucros do exercício após constituição da reserva legal. No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("MP") que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio e; (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Novartis irá adotar tais disposições previstas na MP, somente a partir de 2015, visto que de 2008 a 2012 o lucro fiscal superou o lucro societário, eliminando assim a possibilidade de adoção antecipada da MP já a partir de 2014, por não trazer riscos de impacto tributário.

Do valor do lucro societário de 2013, foi expurgado R\$4.678 de ganho com ajuste de RTT, que foi retido a título de reserva de lucros para futuro aumento de capital.

Com base no lucro fiscal de 2013, foi calculado dividendos mínimo obrigatório de R\$ 1.353 e adicional proposto no valor de R\$ 90.190 e ainda foi retido o valor de R\$ 6.986, a título de retenção de lucros. O valor dos dividendos mínimo obrigatórios propostos líquido para 2012 foi de R\$ 1.277, e o valor adicional proposto foi de R\$ 16.873, após a dedução da remuneração paga aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio. Esse valor foi pago em 2013, conforme AGE datada de 29 de outubro de 2013.

A movimentação do passivo de dividendos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2012			323.234	
Dividendo mínimo obrigatório de 2013			1.353	
Transferência dos dividendos adicionais propostos de 2012			16.873	
Saldo em 31 de dezembro de 2013			341.460	

21. Receita
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita da venda de produtos e serviços				
Mercado interno	4.252.205	3.746.267	4.518.985	4.010.814
Mercado externo	188.784	172.594	194.261	177.970
	4.440.989	3.918.861	4.713.246	4.188.784
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre vendas	(360.004)	(234.717)	(382.551)	(257.826)
Deduções de vendas	(1.579.174)	(1.429.567)	(1.689.307)	(1.539.324)
	(1.939.178)	(1.664.284)	(2.071.858)	(1.797.150)
	2.501.811	2.254.577	2.641.388	2.391.634

22. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Compras de insumos	(1.206.785)	(1.109.376)	(1.273.496)	(1.183.830)
Custo de pessoal	(49.699)	(42.777)	(50.091)	(43.414)
Manutenção e reparos	(35.501)	(30.566)	(35.501)	(30.566)
Depreciação e amortização	(10.354)	(3.844)	(10.354)	(3.844)
Custos de qualidade	(23.650)	(14.903)	(25.734)	(15.695)
Serviços prestados pessoa jurídica	(8.898)	(6.755)	(15.987)	(14.003)
Outros custos	(115.119)	(163.437)	(117.202)	(166.017)
Custo dos produtos vendidos	(1.450.006)	(1.371.658)	(1.528.365)	(1.457.369)

23. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com depreciação/amortização	(5.505)	(3.338)	(5.536)	(3.368)
Despesas de pessoal	(245.857)	(204.005)	(262.363)	(220.013)
Honorários, consultorias e assessorias	(16.560)	(10.746)	(17.253)	(11.452)
Gastos com viagens	(38.185)	(35.191)	(43.164)	(39.511)
Despesas telecomunicação	(5.600)	(6.015)	(5.600)	(6.015)
Gastos com transportes	(29.369)	(19.738)	(29.732)	(20.573)
Despesas promocionais	(149.419)	(129.093)	(154.143)	(133.523)
Despesas operacionais diversas	(45.153)	(41.431)	(46.575)	(42.606)
	(535.648)	(449.557)	(564.366)	(477.061)

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com depreciação/amortização	(31.017)	(20.838)	(31.125)	(20.984)
Despesas de pessoal	(123.533)	(123.963)	(130.264)	(130.699)
Honorários, consultorias e assessorias	(40.516)	(34.356)	(40.516)	(34.356)
Gastos com materiais para uso e consumo	(39.235)	(29.473)	(39.235)	(29.473)
Despesas operacionais diversas	(20.329)	(24.157)	(23.393)	(25.765)
Serviços técnicos	-	(867)	(1.557)	(3.143)
Serviços compartilhados	-	-	(3.094)	(3.057)
Gastos com viagens	(19.046)	(12.833)	(20.145)	(13.810)
Gastos com transportes	(1.668)	(1.289)	(4.899)	(3.566)
	(275.344)	(247.776)	(294.228)	(264.853)

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas de alugueis de bens patrimoniais	3.370	3.353	3.370	3.353
Receitas com provisão ambiental	3.341	6.199	3.341	6.199
Ganhos com benefícios de aposentadoria (Nota 19 (c))	1.742	4.675	1.893	4.788
Receita com venda de sucata	-	1.536	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	491	162	628	2.134
	8.944	15.925	9.232	16.474

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesa financeira				
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 29(f))	(26.098)	(23.496)	(26.098)	(23.496)
Juros contratos mútuos partes relacionadas (Nota 29(e))	-	(77)	(549)	(393)
Despesas bancárias	(1.233)	(943)	(1.259)	(972)
Empréstimos terceiros	(236)	(6)	(236)	(6)
Perdas cambiais, líquidas	(97.655)	(56.645)	(98.384)	(57.858)
Atualização de provisões jurídicas	(5.099)	(2.735)	(5.125)	(2.737)
Outras despesas	(934)	(6)	(1.143)	(92)
Total da despesa financeira	(131.255)	(83.908)	(132.794)	(85.554)
Receita financeira				
Juros recebidos	10.548	308	10.573	331
Outras receitas financeiras	3.761	-	3.845	15
Alocação de receita de <i>hedge</i>	1.276	13.926	1.276	13.926
Ganhos cambiais com contratos a termo de câmbio	19.728	21.512	19.728	21.512
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas (Nota 29(e))	9.790	10.426	9.790	10.465
Receita financeira	45.103	46.172	45.212	46.249
Resultado financeiro	(86.152)	(37.736)	(87.582)	(39.305)

27. Imposto de renda e contribuição social
O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto	170.732	164.914	176.079	169.520
Imposto calculado com base em alíquotas da legislação	58.049	56.071	59.867	57.637
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(2.423)	(387)	-	-
Juros sobre capital próprio	(10.195)	(8.774)	(10.195)	(8.774)
Despesas não dedutíveis	(2.587)	773	(2.170)	979
Ajuste <i>transfer pricing</i>	1.700	-	2.046	2.729
Incentivos fiscais (*)	(11.599)	(6.954)	(11.599)	(6.954)
Outros ajustes	3.140	2.310	3.483	2.028
Encargos fiscais	36.085	43.039	41.432	47.645

(*) A Companhia participa de planos de incentivos fiscais liberados pelo governo: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), Programa Alimentação ao Trabalho (PAT), Doações/Patrocínio de Caráter Cultural - Lei Rouanet, Fundo Amparo a Criança e Adolescente (FUNCAD), Doações e Patrocínio ao Desporto e Prorrogação de Licença-maternidade.

28. Contingências
A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contingências tributárias	16.421	16.728	13.139	30.862
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.943	11.566	11.920	14.030
Reclamações cíveis	-	106	6.461	20.035
Outras	66	57	240	269
	26.430	28.457	31.760	65.196

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contingências tributárias	16.421	16.728	13.139	30.863
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.945	12.077	11.926	14.575
Reclamações cíveis	-	106	6.461	20.035
Outras	66	57	240	269
	26.432	28.968	31.766	65.742

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	52.992	53.478	52.992	53.478
Adições	11.339	11.410	11.339	11.410
Baixas	(17.897)	(17.910)	(17.897)	(17.910)
Valores incorporados da Alcon (Nota 2)	16.027	16.027	16.027	16.027
Atualizações monetárias	2.735	2.737	2.735	2.737
Saldo em 31 de dezembro de 2012	65.196	65.742	65.196	65.742
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.430	28.457	26.430	28.457

(c) Natureza das contingências
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira.
- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de antigos empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação financeira a partir dos desligamentos.
- Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a demandas de antigos parceiros comerciais e reclamações de consumidores de produtos da Companhia.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não julgou necessário a constituição de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias	302.569	322.885	406.300	426.458
Cíveis	33.893	13.177	38.917	16.278
Trabalhista	29.494	11.451	29.636	11.486
Outros	49.420	32.033	49.491	32.133
	415.376	379.546	524.344	486.355

29. Transações com partes relacionadas
As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Vendas de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vendas de produtos coligadas	188.784	172.594	194.261	177.969
Vendas/reembolso de serviços	70.393	59.409	70.928	60.442
	259.177	232.003	265.189	238.411

As principais transações de compra e venda com partes relacionadas foram feitas com base em preço interno estipulado.

(b) Compras de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Compras de produtos coligadas	1.574.549	1.479.531	1.618.100	1.522.621
Compras/reembolso de serviços	47.818	15.712	48.161	16.494
	1.622.367	1.495.243	1.666.261	1.539.115

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração
O pessoal-chave da administração inclui o presidente, vice presidente e o comitê de administração. A remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 11.156 em 2013 e R\$8.891 em 2012.

(d) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)				
Sandoz do Brasil Ind. Farmacêutica Ltda.	472	539	472	539
Ciba Vision Corporation	-	263	-	263
Novartis Vaccines	2.306	692	2.306	692
Novartis Pharma AG	17.786	11.258	17.786	11.258
Novartis Colombia	126	26	257	541
Novartis Argentina	1.447	797	3.844	2.344
Novartis Salud Animal	-	-	339	